

Quem tem medo de gênero?

Aobra **Quem tem medo do gênero?**, de Judith Butler, foi escrita após tensionamentos e reflexões relacionadas aos conservadorismos dos criadores da “ideologia de gênero”, tendo como início acontecimentos no Brasil em 2017. Ao chegar no país, durante uma visita para um seminário de democracia, já no aeroporto, a autora e sua parceira foram agredidas fisicamente por pessoas que a acusavam de promover a tal “ideologia de gênero”.

O primeiro livro não acadêmico da autora, publicado em março de 2024 pela Editora Boitempo e com tradução de Heci Regina Candiani, surgiu após o ataque para explicar quem de fato enxerga medo no gênero e dissertar sobre o monólito movimento envolto por discursos de ódio de grupos conservadores e ligados a movimentos de extrema-direita, como grupos religiosos e políticos.

A autora discorre sobre como o “gênero” foi tratado como um fantasma com poderes destrutivos, criado para exacerbar a multiplicidade de pânicos modernos que movimentos de direita, igrejas, instituições e Estados consideram como tal, em prol de seus próprios objetivos. “Gênero” recebe uma série de atribuições permeadas pelo pânico moral para fazer com que as pessoas se cerceiem e concentrem seus medos e ódios contra comunidades vulneráveis.

O esvaziamento do gênero é um movimento político a fim de culminar políticas para privar pessoas de seus direitos legais e sociais, além de fazer parte de uma ação maior que transformou a percepção de gênero dentro da sociedade. Para explicar quem tem medo de gênero, Judith questiona também “quem tem medo de quê”, para entender o que está sendo enquadrado como gênero e que ansiedades, medos e ódios ele mobiliza.

Butler avança a discussão para as partes interessadas em criar o fantasma do gênero e, neste sentido, tensiona sobre como o Vaticano, a Igreja Católica e outros grupos religiosos exerceram uma série de influências e pressões em políticas públicas para tirar a educação de gênero dentro das escolas. Ao propagarem gênero como “diabólico” e “ideológico”, cria-se o estigma de que o gênero é algo ruim, uma contraposição de tudo que Deus criou.

Os movimentos conservadores desenvolvem uma espécie de cadeia associativa, que coloca pessoas **queer**, trans, gays e lésbicas como algo “não natural”, que se coloca à frente da criação natural de Deus, e que portanto, não tem o direito de existir. Se o casamento e a reprodução heterossexual definem o ser humano, logo, tudo que foge a esta regra está se desviando da forma “natural” de existência.

Letícia de Faria Ávila Santos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com estudos em feminismo e midialivismo.

E-mail: le.lele.avilla@hotmail.com

A visão de feminino e masculino, para os parâmetros da Igreja, não é centrada na perspectiva biológica de diferença, mas sim na própria doutrina da Igreja de complementaridade e hierarquia, pela qual homens e mulheres têm papéis distintos na família e nas instituições, e, portanto, devem manter o caráter ordenado da reprodução heterossexual como parte da criação.

A autora reflete sobre como, no momento em que os movimentos conservadores se articulam para evitar as discussões sobre gênero nas políticas públicas e educacionais, diversas identidades são privadas de uma educação sobre sexo, gênero e sexualidade, presas em uma educação heteronormativa. Tais movimentos atacam a educação a partir de censuras nas políticas educacionais, e também nos atendimentos de saúde, privando jovens trans de cuidados médicos.

Butler destacou a percepção das feministas transexcludentes na Inglaterra e como estas contestam a identidade das pessoas trans, enfaticamente das mulheres trans, assemelhando-se aos movimentos de direita, conservadores e religiosos. “Enquanto a direita se refere à sua posição como de ‘combate à ideologia de gênero’, as feministas transexcludentes enfocam a ‘ideologia da identidade de gênero’, talvez para marcar uma diferença, mas deixando o eco ressoar com políticas de direita, muitas vezes fascista” (Butler, 2024, p. 149).

A autora permeia o próprio conceito de sexo, e de como o argumento rígido sobre a diferenciação biológica a partir da capacidade reprodutiva não consegue alcançar todas as complexidades das concepções de corpos, ou de como a participação de mulheres trans no esporte não consegue definir quem é ou não mulher apenas pelos níveis de testosterona.

Mais à frente, ao tensionar sobre quais foram os legados que o colonialismo e a imposição racial trouxeram para o dimorfismo de gênero, Butler utiliza a pesquisa de María Lugones para refletir sobre como os arranjos coloniais têm sua representação na presença de questões que consideramos pertencentes às relações normativas de gênero, como a heteronormatividade, o idealismo dimórfico, a família patriarcal e as normas que regem a normatividade da aparência de gênero.

E avança a discussão ainda para perspectivas não ocidentais e de como modelos binários de gênero, impostos por formas cristãs de civilização, patologizaram formas africanas de relacionamento e aparência de gênero. “O ataque colonial a culturas locais tomou forma, em parte, através da regularização do próprio gênero e da produção do binarismo heteronormativo e de seus corolários: homem, mulher e família heteronormativa” (Butler, 2024, p. 237).

Para finalizar a discussão sobre a terminologia de gênero, a pesquisadora traz as negações de diversos países em usar o termo “*gender*” com o argumento de ser um termo “estrangeiro” vindo de países como Reino Unido, Estados Unidos e França. A autora é enfática ao determinar que “gênero” é visto como uma intrusão que “só ocorre quando se reúnem tendências políticas opostas e se agrupam medos oscilantes sem precisar conciliá-los de modo lógico, ou seja, sem assumir responsabilidades” (Butler, 2024, p. 240).

Em casos de países do Sul global, ela aponta que não faz sentido trazer a palavra “gênero” (de *gender*), pois são culturas que utilizam seus próprios termos em suas línguas, como *unongayindoda* e *gogo* na África do Sul, ou *hijra*, na Índia, e que, inclusive, se existem outras formas locais de deslocar o binarismo de gênero a fim de respeitar seu próprio vocabulário, não faz sentido se prender ao termo gênero. Mais importante do que o termo é o próprio contexto de existirem diversas vivências e diversas formas de comunicá-las. “*Gender* tem de permanecer relativamente selvagem em relação a todos aqueles que afirmam possuir sua definição correta” (Butler, 2024, p. 253).

Concluindo, a autora apresenta o medo da destruição como forma de impulsivar uma luta a ser travada adiante. Na parte do medo, ela define que quando o modo de vida reproduzido socialmente busca destruir todos os outros modos de vida, precisamos questionar as coisas como elas são.

Quem teme o gênero sabe que ele também oferece uma promessa de liberdade, uma liberdade em relação ao medo e à discriminação, à violência e ao homicídio homofóbico, ao

feminicídio, ao encarceramento, à restrição de vida pública e à ausência de atendimento de saúde adequado, seja ela permitida ou imposta pelos poderes estatais em expansão (Butler, 2024, p. 253).

Butler apresenta um suspiro de acalento nas considerações finais ao olhar para a existência de que o medo impede algumas pessoas inclusive de como viver, e de que tantos outros medos, como de desastres climáticos, a existência da pandemia, desmatamento da Amazônia, crises políticas que “pareçam distantes de gênero”, na verdade não são quando o gênero também é encarado como uma ameaça à humanidade, algo demoníaco que é construído por terceiros a fim de reforçar seus propósitos.

A autora reforça a necessidade de nomear essas fontes e esses medos, que instituições, pessoas e grupos criam esses fantasmas e do que são alimentados, já que gênero de fato é mais do que uma questão de identidade individual, é “uma categoria que descreve a divisão do trabalho, a organização dos Estados, a distribuição desigual do poder” (Butler, 2024, p. 257).

Voltando-se para o fazer jornalístico, a obra contribui para refletirmos sobre como as questões de gênero não são tangenciais, como explicita a pesquisadora Roseli Figaro (2018), mas eixos de transformações profundas da sociedade no que se refere à propriedade privada, distribuição de renda, discriminação racial/étnica, geográfica e capacitista.

Conclusivamente, cabem também aos estudos de Jornalismo e Mídia tensionar como as práticas da profissão podem corroborar ou questionar os preceitos criados pelos fantasmas de gênero dentro da agenda midiática, movimentos que invisibilizam, desumanizam e aprisionam as pluralidades de identidades sociais, a fim de expor as variadas opressões existentes nas relações de poder e identidade na construção jornalística.

Referências

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. São Paulo: Boitempo, 2024.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e descriminação profissional. In: **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, p. 570-591, ago. 2018.